

Editora Scipione S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2013
E Relatório dos Auditores Independentes



EDITORA SCIPIONE S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes**

ÍNDICE

	Página
Balancos patrimoniais	1 - 2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	6-37
Diretoria	38
Relatório dos Auditores Independentes	39-40



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro 2013
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	53.195	41.805
Contas a receber de clientes (nota 8)	65.157	71.978
Estoques (nota 9)	43.767	45.280
Impostos a recuperar (nota 10)	4.750	3.037
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	3.802	1.675
	<u>170.671</u>	<u>163.775</u>
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar (nota 10)	2.738	2.723
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	2.986	2.130
Depósitos judiciais (nota 17)	1.169	2.337
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	2	135
Intangível (nota 12)	6.583	4.974
Imobilizado (nota 13)	2.831	3.352
	<u>16.309</u>	<u>15.651</u>
Total do ativo	<u>186.980</u>	<u>179.426</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro 2013
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	31.328	36.669
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	11.257	8.707
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	2.640	2.767
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1	-
Dividendos a pagar (nota 28)	2.178	5.903
	<u>47.404</u>	<u>54.046</u>
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	71.252	18.808
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	-	2.174
Provisão para contingências (nota 17)	4.855	1.435
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	24	29
Total do passivo	<u>76.131</u>	<u>22.446</u>
	<u>123.535</u>	<u>76.492</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 20)	45.926	45.926
Reserva de capital (nota 21)	698	698
Reservas de lucros (nota 21)	16.821	56.310
Total do patrimônio líquido	<u>63.445</u>	<u>102.934</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>186.980</u>	<u>179.426</u>



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013
(valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita líquida (nota 22)	137.459	187.042
Custos dos produtos e serviços (nota 23)	(51.936)	(77.564)
Lucro bruto	85.523	109.478
Despesas com vendas (nota 23)	(43.639)	(48.808)
Despesas gerais e administrativas (nota 23)	(27.760)	(22.742)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 24)	(276)	(237)
Lucro operacional	13.848	37.691
Receitas financeiras (nota 25)	5.325	3.118
Despesas financeiras (nota 25)	(5.169)	(3.323)
Variação cambial líquida (nota 25)	(154)	(99)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.850	37.387
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)	(4.679)	(12.533)
Lucro líquido do exercício	9.171	24.854
Atribuído à		
Acionistas da Companhia	<u>9.171</u>	<u>24.854</u>
Lucro por ação do capital social (em R\$)	<u>1,99673</u>	<u>5,41128</u>

Não foram apurados outros resultados abrangentes. Por este motivo, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional Dividendos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	45.926	698	2.683	34.676	-	-	83.983
Lucro líquido do exercício	-	-	-	0	-	24.854	24.854
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	1.243	0	-	(1.243)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	0	-	(5.903)	(5.903)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	0	11.083	(11.083)	-
- Retenção de lucros	-	-	-	6.625	-	(6.625)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	45.926	698	3.926	41.301	11.083	-	102.934
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGE 20/12/2013	-	-	-	(35.399)	(11.083)	-	(46.482)
Lucro líquido do exercício						9.171	9.171
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	459	-	-	(459)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(2.178)	(2.178)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	6.534	-	(6.534)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	45.926	698	4.385	12.436	-	-	63.445

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013**

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações (nota 27)	20.312	43.909
Juros pagos	(2.227)	(2.380)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(873)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>17.212</u>	<u>41.529</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado	(1.191)	(284)
Intangível	(2.799)	(811)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(3.990)</u>	<u>(1.095)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	61.579	8.171
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(8.339)	(4.942)
Pagamentos de PAES e impostos parcelados	(2.687)	(2.537)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	-	300
Mútuos pagos a partes relacionadas	-	(1.222)
Dividendos pagos	(52.385)	(5.597)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(3.356)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(1.832)</u>	<u>(9.183)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>11.390</u>	<u>31.251</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.805	10.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>53.195</u>	<u>41.805</u>
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>11.390</u>	<u>31.251</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Editora Scipione S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como acionista controlador a Abril Educação S.A.. A Editora Scipione S.A. tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2014.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013.

- i) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- ii) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras

entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanço.

- iii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

(c) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado do exercício em que as condições se alteraram.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e no varejo de livros voltados para a educação. Em geral a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável reduzido por provisão para obsolescência e para redução para o valor de mercado.

Os custos relacionados ao desenvolvimento de material didático para futuras edições são registrados em estoque em elaboração e apropriados ao resultado por ocasião da venda da primeira impressão de cada edição.

A administração da Companhia avalia e efetua provisão para perdas para produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual do tempo de permanência dos itens nos estoques, até o limite máximo de três anos. A Administração avalia, também, a necessidade dos estoques serem destruídos.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

2.8 Intangível

Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil econômica dos softwares de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa do resultado exercício em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . O software pode ser vendido ou usado;

- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, conforme divulgado na nota 12.

2.9 Imobilizado

Edifícios referem-se a ativos fixos mantidos pela Companhia para alocação de suas atividades. Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de livros. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.16 Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de aposentadoria (pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determinam dividendos mínimos obrigatórios de 25%. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos quando a proposta de remuneração é aprovada pela diretoria. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto aos clientes.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas diferenças significativas em relação ao estudo e projeções completas efetuadas por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 2012.

(b) Contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco definida pela sua controladora, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da controladora da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na prática, a Tesouraria da Controladora da Companhia (“Tesouraria Corporativa”) pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores de papel contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o saldo de fornecedores indexados ao dólar norte-americano era de R\$ 3.510 (2012 – R\$ 3.165). Devido ao baixo valor em exposição, a Companhia não possui nenhuma operação para cobertura deste tipo de risco.

ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse tipo de risco. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pela controladora da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades classificadas com rating mínimo e equivalente a “brAAA” das agências Moody’s, Fitch Rating e Standard & Poor’s. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, com remuneração que varia a taxa média de 100,8% do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles

registrados no balanço patrimonial da Companhia. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia se utilizou das taxas atuais do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI, ou seja, 9,78% a.a.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil</u>
Em 31 dezembro de 2013						
Debentures (nota 15)	1.662	-	89.957	91.619	(30.400)	61.219
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	10.774	9.511	6.016	26.301	(5.011)	21.290
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	31.328	-	-	31.328	-	31.328
Em 31 dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	9.486	10.167	13.857	33.510	(5.995)	27.515
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	36.669	-	-	36.669	-	36.669

5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura de capital por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira calculado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está assim sumarizado abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total dos empréstimos (nota 15)	82.509	27.515
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(53.195)	(41.805)
Dívida líquida	29.314	(14.290)
Total do patrimônio líquido	63.445	102.934
Total do capital empregado	92.759	88.644
Índice de alavancagem financeira - %	32	34

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui uma política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Em 31 de Dezembro de 2013				
					Ganho (perda)
	Saldo Contábil	Resultado/ DRE	Cenário provável (i)	Cenário I (ii)	Cenário II (iii)
Certificados de depósitos bancários - CDBs	52.740	4.850	4.986	6.233	7.480
Total dos ativos em CDI	52.740	4.850	4.986	6.233	7.480
Debêntures colocadas	(61.219)	(1.539)	(1.582)	(1.978)	(2.373)
Empréstimos bancários (iv)	(7.132)	(855)	(879)	(1.099)	(1.318)
Dívida total em CDI	(68.351)	(2.394)	(2.461)	(3.077)	(3.691)
Exposição líquida em CDI	(15.611)	2.456	2.525	3.156	3.789
Taxa CDI - %	9,78%		10,05%	12,56%	15,08%
variação da taxa em relação à projeção				25,00% (ii)	50,00% (iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado.

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

(iv) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 14.158 para a qual as projeções indicam manutenção da taxa dos níveis atuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	113	78
Bancos conta movimento	342	59
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	<u>52.740</u>	<u>41.668</u>
Total	<u>53.195</u>	<u>41.805</u>

- (i) Os CDBs são remunerados à taxa média de 100,8% do CDI, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comercialização de livros didáticos e paradidáticos	66.235	72.261
Outras	<u>460</u>	<u>903</u>
	66.695	73.164
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.538)</u>	<u>(1.186)</u>
Total contas a receber	<u>65.157</u>	<u>71.978</u>

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não se difere significativamente do valor justos desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2013, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos) cerca de R\$ 29.113 (2012 - R\$ 35.601) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC, e a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.



b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	2013	2012
A vencer:	64.330	71.123
Vencidas:	2.365	2.041
Até 30 dias	434	264
De 31 a 60 dias	59	18
De 61 a 90 dias	291	39
De 91 a 180 dias	66	220
De 181 a 360 dias	515	554
Há mais de 360 dias	1.000	946
	66.695	73.164

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2013	2012
Saldos em 1º de janeiro	1.186	1.178
Adições	1.287	1.039
Reversões e baixas	(935)	(1.031)
Saldos em 31 de dezembro	1.538	1.186

9. ESTOQUES

	2013	2012
Produtos acabados	8.373	28.147
Produtos em elaboração	12.328	16.854
Matérias-primas	31.194	6.444
Importações em andamento	592	458
Provisões para obsolescência e para redução ao valor de mercado	(8.720)	(6.623)
	43.767	45.280



A movimentação das provisões para obsolescência ou realização de estoques são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos em 1º de janeiro	6.623	21.305
Adições/Reversões no período	2.097	1.335
Utilização de provisão por:		
- Destruição (i)	-	(14.393)
- Ajuste de inventário (ii)	-	(1.624)
Saldos em 31 de dezembro	<u>8.720</u>	<u>6.623</u>

- (i) Em junho de 2012, a Companhia finalizou o processo de destruição de livros obsoletos e invendáveis, já provisionados, no montante de R\$ 14.393, sem impacto no resultado.
- (ii) Em junho de 2012, em conexão com o processo de aperfeiçoamento dos controles internos foi realizado um inventário físico de produtos acabados que apurou um ajuste de R\$ 10.243 nos estoques, dos quais R\$ 1.624 já estavam provisionados; desta forma foi reconhecido no resultado do exercício o valor de R\$ 8.619 na conta de custos dos produtos e serviços (vide nota 27). A Companhia já tomou as ações necessárias para garantir que este evento seja não recorrente e que os controles preventivos estejam adequados à operação.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
COFINS	3.724	2.510
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.336	2.117
PIS	1.561	468
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	406	390
Imposto de renda sobre aplicação financeira	398	131
Outros	63	144
	<u>7.488</u>	<u>5.760</u>
Circulante	4.750	3.037
Não circulante	2.738	2.723



11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	2013	2012
Adiantamentos a empregados	474	537
Adiantamentos a fornecedores	2.443	106
Adiantamentos de direitos autorais	555	681
Pagamentos antecipados	316	484
Outros	16	2
	3.804	1.810
Circulante	3.802	1.675
Não circulante	2	135

12. INTANGÍVEL

a) Movimentação

						2013
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/13
Sistemas de computação	18%	4.225	806	-	(1.191)	3.840
Software em desenvolvimento (i)	-	743	1.993	-	-	2.737
Outros	-	6	-	-	-	6
		4.974	2.799	-	(1.191)	6.583
						2012
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/11	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/12
		(Não auditado)				
Sistemas de computação	18%	4.187	180	995	(1.137)	4.225
Software em desenvolvimento	-	988	631	(876)	-	743
Outros	-	6	-	-	-	6
		5.181	811	119	(1.137)	4.974

Software em desenvolvimento refere-se substancialmente a projetos de infra-estrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdo.



13. IMOBILIZADO

a) Movimentação

							2013
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Baixas Líquidas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/13
Edifícios	10%	103	-	-	-	(8)	95
Instalações	27%	376	58	-	-	(68)	366
Máquinas e equipamentos industriais	37%	10	20	-	-	(4)	26
Móveis e utensílios	21%	146	28	-	-	(26)	148
Veículos	33,33%	1.097	307	(9)	-	(978)	417
Equipamentos de de computação	66%	385	352	-	-	(259)	478
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4% a 20%	1.190	17	-	-	(360)	847
Imobilizações em andamento	-	45	409	-	-	-	454
		3.352	1.191	(9)	-	(1.703)	2.831

							2012
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/11 (Não auditado)	Adições	Baixas Líquidas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/12
Edifícios	10%	111	-	-	-	(8)	103
Instalações	27%	94	-	-	362	(80)	376
Máquinas e equipamentos industriais	37%	13	-	-	-	(3)	10
Móveis e utensílios	21%	165	9	-	-	(28)	146
Veículos	33,33%	2.123	110	(34)	34	(1.136)	1.097
Equipamentos de de computação	66%	549	115	-	(33)	(246)	385
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4% a 20%	516	4	-	995	(325)	1.190
Imobilizações em andamento	-	1.476	46	-	(1.477)	-	45
		5.047	284	(34)	(119)	(1.826)	3.352

A Administração não identificou qualquer indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar cálculo de *impairment* para esses ativos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possui ativos qualificáveis ou operações de créditos elegíveis à capitalização de juros no ativo imobilizado.

**14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores (i)	15.856	19.582
Salários e encargos sociais	10.014	10.678
Recebimento antecipado de cliente	45	
Direitos autorais a pagar	5.157	6.143
Outras contas a pagar	256	266
	<u>31.328</u>	<u>36.669</u>
Circulante	31.328	36.669

(i) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente à compra de matéria-prima (papel) e tem prazos médios de pagamentos de 180 dias (2012 –180 dias).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debentures colocadas	1.617	59.602	-	-
Empréstimos e financiamentos:				
Em moeda nacional:				
FINAME	5.982	8.176	4.954	11.860
Empréstimos bancários	3.658	3.474	3.753	6.948
	<u>11.257</u>	<u>71.252</u>	<u>8.707</u>	<u>18.808</u>

15.1. Em 30 de setembro 2013, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da controlada Editora Scipione S.A., em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$ 60.000 (sessenta milhões) e 60 quantidades, com o valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão), com liquidação financeira em 3 de outubro de 2013, sem cláusula de opção para repactuação programada. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados integralmente a gestão ordinária de suas atividades, bem como no financiamento das aquisições do Grupo Abril Educação. As debêntures têm prazo de vigência de 5 anos e com vencimento final em 30 de setembro de 2018. A amortização do principal será realizada em 3 parcelas anuais a partir de 30 de setembro de 2016, com remuneração de CDI + 1,50% ao ano, sendo que os juros pagos semestralmente a partir de 30 de março de 2014.

Para manutenção das condições contratuais a Companhia Fiadora, que é a Abril Educação S.A. se obriga a manter indicadores financeiros (“Covenants”) mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures da Editora Scipione S.A., calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais:

- (i) Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2013; 3,0 em 31 de dezembro de 2014; e 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2015 e anos subsequentes. Índice de alavancagem é a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA); e
- (ii) Índice de cobertura de juros igual ou superior a 1,5 em 31 de dezembro de 2013 e 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Índice de cobertura de juros é a relação entre o EBITDA e as despesas financeiras relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia Fiadora.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia Fiadora Abril Educação S.A. cumpriu todos os requisitos vigentes.

15.2. Os empréstimos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2013, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>	<u>% sobre total</u>
2015	7.612	37,54%
2016	21.670	7,83%
2017	21.858	7,83%
2018	20.112	1,25%
	<u>71.252</u>	<u>54%</u>

15.3. Moeda nacional

Os empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2013 estão assim representados:

FINAME

A Companhia dispõe de linhas de crédito junto ao BNDES (FINAME) para o desenvolvimento de suas atividades conforme segue abaixo:

- Linha de crédito no valor de R\$ 19.500, destinados ao incremento e financiamento da produção de livros didáticos com encargos que variam entre 3,25% e 4,80% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre 36 e 48 meses, com carência de seis meses a um ano para pagamento da primeira parcela, sendo que nesse período as amortizações dos juros serão trimestrais. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessa operação é de R\$ 3.888 (2012 - R\$ 8.548).

- Linha de crédito no valor de R\$ 10.088 destinados aos gastos com Plano Editorial e Impressão (serviços gráficos e aquisição de papel). com encargos que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimentos entre 15/07/2015 e 15/01/2018, com carências entre 18 e 48 meses, sendo que neste período os juros são trimestrais e posteriormente mensais. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessa operação é de R\$ 10.270 (2012 - R\$ 8.266).

Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários se referem a cédulas de crédito bancário, amortizadas em 6 parcelas, com vencimentos semestrais nos meses de abril e outubro, iniciando-se em 03 de abril de 2013 e com vencimento em 06 de outubro de 2015. Sobre o saldo devedor há incidência de juros atrelados à variação do CDI + 2% a.a., a serem pagos semestralmente juntamente com a amortização da parcela do principal.

Em 6 de Junho de 2013, a Companhia renegociou a cédula de crédito, tendo sido alterada a taxa de juros, passando a vigorar a partir de Outubro de 2013, para 100% da variação do CDI + 1,8% a.a.. As demais cláusulas e condições não foram alteradas.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros a serem medidos pela Companhia fiadora que é a Abril Educação S.A., calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia, nos pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia cumpriu com todos os requisitos vigentes.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
REFIS e PAES	2.302	-	2.608	2.174
INSS	127	-	62	-
IRRF	116	-	60	-
Outros	95	-	37	-
	2.640	-	2.767	2.174

16.1 REFIS e PAES

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos saldos desse programa pode ser assim sumarizada:

Saldo a pagar em 31/12/2011 (Não Auditado)	6.905
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2012	(2.537)
Juros de janeiro a dezembro de 2012	414
Saldo a pagar em 31/12/2012	4.782
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2013	(2.687)
Juros de janeiro a dezembro de 2013	207
Saldo a pagar em 31/12/2013	2.302
Circulante	2.302

Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimentos, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízos fiscais. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Administração aguarda a homologação dos débitos da Companhia para o ano de 2014.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

Processos	2013	2012
Tributários	-	204
Trabalhistas	4.854	1.229
Cíveis	1	2
	4.855	1.435

b) Movimentação:

Descrição	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Contingências				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	204	1.229	2	1.435
Atualização monetária e juros	-	9	-	9
Constituição de provisão	-	2.971	-	2.971
Baixa de provisão				-
- Por pagamento	-	(139)	-	(139)
- Por reversão	(204)	(313)	(2)	(519)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	3.757	-	3.757
Depósitos Judiciais Redutores da Provisão				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.098)	-	(1.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	1.098	-	1.098
	-	4.855	-	4.855

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extra, vínculo empregatício, encargos sociais, entre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

17.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	2013	2012
Tributários	557	526
Trabalhistas	612	1.753
Cíveis	-	58
	1.169	2.337

17.2. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, são como seguem:

	2013	2012
Tributários	18.266	17.888
Trabalhistas	-	3.779
Cíveis	26.147	1.274
	44.413	22.941

Em 31 de dezembro de 2013, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$25.000, referem-se a dois processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

18.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias são como segue:

	31 de dezembro de 2013	(Debitado)/ creditado ao resultado	31 de dezembro de 2012
Imposto diferido ativo			
Provisão para contingências	1.650	896	754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	127	10	117
Provisão para participação nos lucros - PLR	523	174	349
Provisão para gratificação	-	(164)	164
Provisão para devolução de produtos	313	313	-
Impostos com exigibilidade suspensa	-	(106)	106
Outras diferenças temporárias	373	(267)	640
	2.986	856	2.130
Imposto diferido passivo			
Diferenças temporárias	(24)	5	(29)
	(24)	5	(29)
		Dezembro	
		2012	2011
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		2.986	2.130
		2.986	2.130
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de 12 meses		(24)	(29)
		(24)	(29)

A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual a empresa estima auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada, denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições à Abrilprev no montante de R\$ 333 (2012 - R\$ 419). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 1,90 % (2,4849% em 2012) e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$ 45.926, totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.592.554.300 ações ordinárias sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

21. RESERVA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva de capital	698	698
Reservas de lucros		
Reserva legal	4.385	3.926
Reserva retenção de lucros	12.436	52.384
	<u>16.821</u>	<u>56.310</u>
	<u>17.519</u>	<u>57.008</u>

21.1. Reserva legal

A reserva legal será constituída ao final do exercício como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

21.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a serem deliberados na Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor das Reservas de lucros superavam o capital social em R\$ 11.083, sendo que a administração da Companhia propôs a destinação de dividendos adicionais que foram deliberados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de dezembro de 2013.

21.3. Dividendos propostos

O estatuto da Companhia prevê que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal, a ser calculada no final de cada exercício social.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado do exercício	9.171	24.854
Constituição de reserva legal	<u>(459)</u>	<u>(1.243)</u>
Saldo a distribuir	8.712	23.611
Juros sobre o capital próprio	-	
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	(2.178)	(5.903)
Dividendos adicionais propostos	<u>-</u>	<u>(11.083)</u>
Retenção de lucros	<u><u>6.534</u></u>	<u><u>6.626</u></u>

Conforme mencionado Nota 21.2 a administração da Companhia procedeu à destinação de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 11.083. Os referidos montantes foram liquidados em 03 de dezembro de 2013.

22. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	137.495	187.099
Impostos sobre vendas	<u>(36)</u>	<u>(57)</u>
Receita líquida	<u>137.459</u>	<u>187.042</u>

23. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	2013			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(10)	(1.343)	(1.541)	(2.894)
Despesas com pessoal	(300)	(15.142)	(10.162)	(25.603)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(35.182)	(548)	(146)	(35.876)
Amortização de investimento editorial	(13.918)	-	-	(13.918)
Serviços de terceiros	(448)	(4.755)	(7.422)	(12.625)
Fretes	(1.958)	(164)	(4)	(2.126)
Manutenção e reparos	(42)	(564)	(1.709)	(2.315)
Direitos autorais	-	(10.385)	-	(10.385)
Comissões	-	(851)	-	(851)
Mídia	-	(115)	-	(115)
Eventos e seminários	-	(22)	-	(22)
Promoções	(13)	(940)	(32)	(984)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(352)	-	(352)
Aluguel	(20)	(5.651)	(566)	(6.238)
Outras Despesas/Receitas	(45)	(2.807)	(6.178)	(9.030)
	(51.936)	(43.639)	(27.760)	(123.334)

	2012			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(57)	(1.480)	(1.426)	(2.963)
Despesas com pessoal	(488)	(15.532)	(11.255)	(27.275)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(63.940)	(780)	(104)	(64.824)
Amortização de investimento editorial	(9.502)	-	-	(9.502)
Serviços de terceiros	(653)	(4.861)	(7.220)	(12.734)
Fretes	(2.785)	(135)	(8)	(2.928)
Manutenção e reparos	(9)	(1.135)	(352)	(1.496)
Direitos autorais	-	(14.423)	-	(14.423)
Comissões	-	(544)	-	(544)
Mídia	-	(47)	-	(47)
Eventos e seminários	-	(109)	-	(109)
Promoções	(9)	(1.195)	(126)	(1.330)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(8)	-	(8)
Aluguel	(34)	(4.886)	(1.519)	(6.439)
Outras Despesas/Receitas	(87)	(3.673)	(732)	(4.492)
	(77.564)	(48.808)	(22.742)	(149.114)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

**24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aluguéis	18	18
Multas fiscais e contratuais	107	361
Ressarcimento de seguros	79	-
Receitas eventuais	-	-
Outros	-	41
Total das receitas	<u>204</u>	<u>420</u>
Doações	(246)	(251)
Multas fiscais e contratuais	(225)	-
Perda na venda de imobilizado	(9)	(34)
Outros	-	(372)
Total das despesas	<u>(480)</u>	<u>(657)</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	<u>(276)</u>	<u>(237)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	4.850	2.725
Descontos obtidos	7	-
Juros ativos (i)	468	393
	<u>5.325</u>	<u>3.118</u>
Despesas:		
Empréstimos e financiamentos	(3.903)	(2.556)
Mútuos	-	(3)
Impostos	(165)	(13)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(945)	(426)
Descontos concedidos	(2)	(15)
Juros de outros passivos	(6)	(234)
Comissões e tarifas bancárias	(148)	(76)
	<u>(5.169)</u>	<u>(3.323)</u>
Variações cambiais:		
Ganhos cambiais	97	42
Perdas cambiais	(251)	(141)
	<u>(154)</u>	<u>(99)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>2</u>	<u>(304)</u>

(i) Refere-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

26. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 compõem-se de:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(5.540)	(12.635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	<u>861</u>	<u>102</u>
	<u>(4.679)</u>	<u>(12.533)</u>

26.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>13.849</u>	<u>37.387</u>
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(4.709)	(12.712)
Diferenças permanentes	(224)	(190)
I.R./C.S. não constituídos s/prejuízos fiscais (diferido)	-	(81)
Benefícios fiscais	230	450
Outros	<u>24</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(4.679)</u>	<u>(12.533)</u>



27. CAIXA GERADO PELAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	9.171	24.854
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	2.894	2.963
Baixas líquidas de imobilizado	9	34
Provisão para contingências	2.322	582
Imposto de renda diferido	(861)	(102)
Ajuste de inventário	-	8.619
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	352	8
Juros e variação cambial, líquida	4.187	2.966
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes	6.469	(12.846)
Estoques	1.513	3.994
Impostos a recuperar	(855)	8.472
Adiantamentos e despesas antecipadas	(1.994)	(223)
Depósitos judiciais	1.168	111
Fornecedores e demais contas a pagar	(5.341)	6.845
Impostos e contribuições a pagar	179	(781)
Provisão para contingências	1.098	(1.052)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1	(535)
	<u><u>20.312</u></u>	<u><u>43.909</u></u>

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estão sumariados a seguir:

Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar	(custos/despesas), líquidas	Receitas (despesas) financeiras
Abril Comunicação S.A. (i)	140	2.908	-	(13.440)	-
Abril Educação S.A.	-	-	2.178	-	-
Associação Abril Benefícios	-	-	-	(2)	-
Derivo Consultoria e Serv de Comunicação S.A.	-	-	-	(14)	-
Editora Ática S.A.	4	-	-	-	-
Editora Caras S.A.	-	-	-	(1)	-
Fundação Victor Civita	-	-	-	(100)	-
Iba Comercial e Distribuição S.A.	-	-	-	(3)	1
Treelog S.A. Logística e Distribuição	-	15	-	(316)	-
	<u><u>144</u></u>	<u><u>2.923</u></u>	<u><u>2.178</u></u>	<u><u>(13.876)</u></u>	<u><u>1</u></u>

(i) Antiga Editora Abril S.A.



	Circulante			2012	
	Contas a receber	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Vendas (custos/despesas), líquidas	Resultado (despesas) financeiras
Partes relacionadas					
Abril Comunicação S.A. (i)	174	4.256	-	(11.606)	-
Abril Educação S.A.	-	-	5.903	-	(3)
Abril Radiodifusão S.A.	-	36	-	-	-
Associação Abril Benefícios	-	-	-	(31)	-
Derivo Consultoria e Serv de Comunicação S.A.	-	-	-	(68)	-
Dinap S/A - Distribuidora Nacional de Publicações	-	-	-	(2)	-
Editora Caras S.A.	-	-	-	(1)	-
Fundação Victor Civita	-	-	-	(17)	-
Iba Comercial e Distribuição S.A	-	-	-	2	-
Sistema de Ensino Abril Educação S.A	-	-	-	32	-
Treelog S.A. Logística e Distribuição	-	21	-	(301)	-
	174	4.313	5.903	(11.992)	(3)

(i) Antiga Editora Abril S.A.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

28.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2013	2012
Salários e encargos	725	947
Participação nos lucros	1.171	276
	1.896	1.223

29. SEGUROS

A política da controladora indireta Abrilpar Participações S.A., da qual a Companhia é parte integrante, é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.



30. PLANO DE SAÚDE ABRIL

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 1.611 (R\$1.445 em 2012).



DIRETORIA

Diretores:

**VERA LÚCIA BALHESTERO
ANA TERESA RALSTON FERRAZ DO AMARAL
CARLOS ROBERTO TOLEDO
EMANUEL ADRIANO DE SOUZA
GUILHERME ALVES MÉLEGA
JOÃO LACERDA ALMEIDA E SILVA
DANIELA UNGARI DA COSTA MENUSIER
IVAN SARTORI FILHO
MÁRIO GHIO JÚNIOR**

ÉRICO DE MELLO PRADO

Contador CRC – 1SP 256.729/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Editora Scipione S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza
Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP